

ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RECIFE

Nialen Romão Cavalcanti Silva Costa ¹

INTRODUÇÃO

A trajetória da Educação Infantil foi marcada por significativas mudanças desde a Constituição Federal de 1988 trazendo normativas que legitimam essa modalidade de ensino no seu artigo 208 que diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco anos de idade)”. Para subsidiar essa lei, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 reafirma a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a Educação Infantil possui sua importância na formação dos sujeitos como cidadãos críticos e possuidores de direitos, devendo evidenciar seu papel formador de valores e atitudes, desenvolvendo nos alunos a capacidade cognitiva de criticidade e posicionamento diante das relações sociais. Como mediador desses processos, a Secretaria de Educação do Recife formulou a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife – Educação Infantil:

Esse documento foi concebido com o objetivo de implementar uma política educacional integrada, e que articule as unidades educacionais para a renovação, inovação e resposta ao complexo desafio de aprender e ensinar, criando uma cultura de compartilhamento, com ênfase nas relações humanas e na educação de qualidade.(p. 11)

Ainda nesse documento a Secretaria de Educação do Recife afirma que inova na construção de sua Política de Ensino, ao inserir, como eixos do documento, a Escola Democrática, a Diversidade, o Meio Ambiente e as Tecnologias, procurando assegurar que estejam presentes no cotidiano escolar em todos os componentes e práticas pedagógicas. (RECIFE, 2015). Com isso, faz-se necessário ressaltar a importância do eixo Meio Ambiente trazido como destaque de inovação no processo e aplicação dessas práticas para desenvolver nas crianças a criticidade acerca das questões ambientais, pois os espaços para a inserção dessas mudanças encontram-se no processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social que gera a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza (CARVALHO, 2006).

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, nialen.cavalcanti@hotmail.com;

METODOLOGIA

Os documentos analisados para o caminho metodológico foram: Censo da Educação Básica 2018, Política de Ensino da Rede Municipal do Recife – Trajetória da Educação Infantil e os eixos norteadores para as práticas pedagógicas e a Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire - Diretrizes da Formação Continuada de Educadores/as do Recife.

A análise teve como objetivo trazer alguns dados estatísticos, extraídos dos documentos oficiais, acerca da Educação Infantil no Recife e verificou se as escolas municipais do Recife possuem formações e propostas curriculares ambientais para enriquecer suas práticas pedagógicas.

DESENVOLVIMENTO

É importante analisar o contexto da educação básica através do Censo Escolar 2018, a fim de compreender os dados estatísticos atuais referentes à Educação Infantil. O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. (INEP, 2019)

Segundo o Censo Escolar 2018, o número de matrículas na educação infantil cresceu 11,1% de 2014 a 2018, atingindo 8,7 milhões em 2018. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, do aumento das matrículas de creche. Enquanto o total de matrículas da pré-escola se manteve praticamente estável entre 2014 e 2018, apresentando alta de 3,7%, as matrículas de creche aumentaram 23,8% no mesmo período (INEP, 2019).

Em 2018, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. Na educação infantil brasileira atuam 589,9 mil professores. De 2014 a 2018, o número de docentes que atuam na educação infantil cresceu 17,4% (INEP, 2019).

No que diz respeito ao quantitativo e formações dos docentes que atuam na Educação Infantil pode-se afirmar que aumentou significativamente. Desse total, 69,3% possuem nível superior completo (68,4% em grau acadêmico de licenciatura e 0,9%, bacharelado). Dos profissionais desta etapa de ensino, 8,1% estão com o curso superior em andamento e 15,8% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,9% com nível

médio ou fundamental completo. Desde 2014, tem sido observado um crescimento gradual no percentual de docentes com nível superior completo atuando na educação infantil, que passou de 62,5%, em 2014, para 69,3%, em 2018 (INEP, 2019).

Em 2018, 115.195 escolas ofertavam educação infantil no Brasil, sendo que 103.260 (89,6%) ofertavam pré-escola e 69.745 (60,5%) ofertavam creche. Observam-se ao longo dos últimos cinco anos que o número de escolas que oferecem pré-escola sofreu uma queda de 4,0%, enquanto o número de escolas que oferecem creche tem aumentado gradualmente, pois de 2014 até 2018 houve um aumento de 17,4% no número de escolas que oferecem creche (INEP, 2019).

Contudo, foi possível verificar que a demanda de alunos na Educação Infantil em creches, o quantitativo de professores com nível superior completo e o número de escolas que oferecem creches aumentaram, entretanto as pré-escolas tiveram uma queda de 4,0%. Dessa forma, faz-se necessário continuar com o olhar sensível as questões da Educação Infantil visto que o número de alunos nessa etapa da educação básica vem crescendo, mas a qualidade nas práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática também devem ser consideradas.

Em Recife, a evolução da Educação Infantil não foi diferente da vivenciada em nosso país. O atendimento às crianças de classes inferiores socioeconômicas acontecia em instituições comunitárias e filantrópicas, enquanto as demais classes eram assistidas pela rede privada ou com atendimentos individuais em seus domicílios. As escolas comunitárias compõem o contexto das lutas de resistência da população dos mangues, morros e córregos. (RECIFE, 2015).

Ainda assim,

No Recife, o atendimento às crianças cresceu a partir da década de setenta através da rede pública de creches vinculadas a órgãos de Bem-Estar e Ação Social, fruto da mobilização de mulheres, sindicatos e movimentos comunitários em favor do direito das/os trabalhadoras/es a este serviço (RECIFE, 2004, p. 26).

No período de 1993 a 1996, as creches municipais são desvinculadas da Secretaria de Ação Social e inseridas à Secretaria de Educação e à Diretoria Geral de Ensino (DGE), dessa forma houve uma mudança à faixa etária atendida nas creches municipais. As crianças de quatro a seis anos tiveram matrículas destinadas às escolas da rede e as creches receberiam crianças de zero a três anos, sendo consideradas locais de aprendizagem por meio de práticas lúdicas. (RECIFE, 2015).

Em 2001, a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife objetivou sua pauta em princípios norteadores que versavam sobre a ética, liberdade, solidariedade, participação e justiça social. Garantindo seu compromisso com o crescimento da Educação Infantil, a valorização dos profissionais e na concretização de uma gestão democrática a fim de alcançar os direitos apresentados nos marcos regulatórios. (RECIFE, 2015)

No período de 2005 a 2008 foi legitimada a criação dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI). E desde o ano de 2009, as crianças de zero a cinco anos recebem atendimento em Instituições de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER), (RECIFE, 2015). Nesse contexto, a prioridade passa a ser o investimento na universalização da Educação Infantil na faixa etária de quatro a cinco anos e na ampliação das matrículas em creches visando atender às metas estabelecidas pelo atual Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

A Política de Ensino da Rede Municipal do Recife afirma que de maneira colaborativa com o Governo Federal e através do Programa Pró-Infância, responsável pelo financiamento da Educação Infantil nas redes públicas, a Educação Infantil no Recife vem alcançando resultados de uma educação de qualidade social, mas ainda perpassa diversos desafios a fim de objetivar os direitos de todas as crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ao qual define o currículo para essa etapa de ensino:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

O currículo da Educação Infantil considera o sujeito na sua integralidade, com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas significativas para a aprendizagem. Dessa forma, o docente responsável por mediar esses conhecimentos necessita buscar formações que capacitem à totalidade dessas experiências e saberes.

Para garantir as formações continuadas dos docentes e sua melhoria nas práticas pedagógicas, a Prefeitura do Recife criou a Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire a partir do decreto Nº. 28.480 de 24 de dezembro de 2014, com o

objetivo de promover ações de formação continuada aos profissionais da educação da rede Municipal de Ensino do Recife.

A Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire traz em suas Diretrizes da Formação Continuada de Educadores/as do Recife a estruturação da formação continuada para o ano de 2019, organizada a partir do diálogo com profissionais da educação da Rede Municipal do Recife. O planejamento da formação de 2019, tendo como base aspectos normativos e teórico-metodológicos que fundamentam a política de formação continuada na Rede, realizou consultas com os docentes da Rede Municipal do Recife e os dados publicados em 2018, servem de base para a estrutura formativa dos/das profissionais, os quais apontaram como necessários: encontros envolvendo a temática Alfabetização e Letramento (33%), Brinquedos e Brincadeiras (33%) e Musicalização (33%). (OLIVEIRA, 2019).

Diante do planejamento estruturado das formações do ano de 2019 na Educação Infantil, percebe-se que estão organizadas em temáticas que versam sobre ludicidade ao apresentar o uso dos brinquedos e brincadeiras, reforçando como eixo norteador as práticas e interações. A ausência da Educação Ambiental na Educação Infantil permanece nessa etapa de ensino tão significativa na formação do sujeito, a Lei nº 9.795/99 reforça essa importância quando define a Educação Ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no Censo Escolar da Educação Básica 2018 mostrou que apesar do quantitativo elevado de alunos na Educação Infantil em creches, professores e escolas, as pré-escolas tiveram uma queda de 4,0%, com isso é necessário considerar que as crianças na primeira infância vêm ingressando cada vez mais cedo nas instituições de ensino, dessa forma, investir no conhecimento integral dessas crianças em suas dimensões culturais, sociais e cognitivas é o melhor caminho para a construção do sujeito.

É possível afirmar que a Educação Infantil, diante desses dados, vem aumentando significativamente em diversos aspectos, isso nos mostra a necessidade de continuar avançando em formações continuadas a fim de sensibilizar os docentes para continuamente compreender e conhecer as particularidades dessa etapa de ensino. Ainda assim, ao considerar

o sujeito em sua integralidade, é pertinente abordar sobre a importância de desenvolver a Educação Ambiental desde a primeira etapa da educação básica acrescentando na formação desse sujeito a criticidade, cidadania, construção do conhecimento a partir da vivência com o outro, propiciando ao aluno o sentimento de pertencimento do mundo ao seu redor.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Ambiental, Análise documental, Recife.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2009.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22/05/2019.
- BRASIL, LDB. *Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 22/05/2019.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a política nacional de educação ambiental**. Da constituição do artigo 84 inciso IV.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 66 p.: il. ISBN 978-85-7863-070-6; 1. Educação - Brasil. 2. Educação Básica. I. Título.
- OLIVEIRA, R. A. DE J. **Formação Continuada de Professores/as da Rede Municipal de Ensino do Recife/ Diretriz de Formação** – Paulo Freire Recife, 2019.
- RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Educação infantil: Ponte de Cidadania**. Recife, 2004.
- RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de ensino da educação infantil da rede municipal do Recife** / organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. – Recife: Secretaria de Educação, 2015. 152 p.: il. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 2).